



# **COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES PARA UMA CONSTRUÇÃO DE INTERFACES TEMÁTICAS**

**Monica Franchi Carniello<sup>1</sup>**

**Moacir José dos Santos<sup>2</sup>**

**Lourival da Cruz Galvão Júnior<sup>3</sup>**

**Edson Aparecida Querido de Araujo Oliveira<sup>4</sup>**

## **Resumo**

Em uma sociedade marcada pela presença intensa das mídias, faz-se necessário refletir como a comunicação se articula com o desenvolvimento de um local, região ou território. O objetivo do artigo é delimitar possíveis interfaces entre as áreas de comunicação e os estudos de desenvolvimento regional, com o intuito de contribuir com a construção de pontes teórico-metodológicas que permitam pensar a comunicação para o desenvolvimento. O método delinea-se como exploratório, bibliográfico, de abordagem qualitativa. Foram apontadas as seguintes interfaces temáticas entre comunicação e desenvolvimento: comunicação e empoderamento; análise das manifestações comunicacionais em espaços urbanos e rurais; manifestações dos discursos nas mídias; imagem de lugares; comunicação pública, comunitária, educativa e governamental.

---

*Recebimento: 11/10/2016 • Aceite: 15/11/2016*

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação e Semiótica (PUCSP). Docente da Universidade de Taubaté. Taubaté, SP, Brasil. E-mail: monicafcarniello@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em História (UNESP). Docente da Universidade de Taubaté. Taubaté, SP, Brasil. E-mail: professormoacirsantos@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Comunicação (USP). Docente da Universidade de Taubaté. Taubaté, SP, Brasil. E-mail: galvaojr@uol.com.br

<sup>4</sup> Doutor em Organização Industrial – ITA. Docente da Universidade de Taubaté. Taubaté, SP, Brasil. E-mail: edson@unitau.br

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional; Comunicação; Intedisiplinaridade

## **COMMUNICATION FOR DEVELOPMENT: CONSIDERATIONS FOR A BUILDING OF THEMATIC INTERFACES**

### **Abstract**

In a society marked by the intense presence of the media, it is necessary to reflect how communication is articulated with the development of a place, region or territory. The purpose of the article is to delimit possible interfaces between the communication areas and regional development studies, with the aim of contributing to the construction of theoretical and methodological bridges that allow communication thinking to development. The method is delineated as exploratory, bibliographical, qualitative approach. The following thematic interfaces between communication and development were pointed out: communication and empowerment; Analysis of communicational manifestations in urban and rural spaces; Manifestations of discourses in the media; Image of places, public, community, educational and governmental communication.

**Keywords:** Regional Development; Communication; Interdisciplinarity

## Introdução

A comunicação midiaticizada é um dos elementos que caracteriza a sociedade contemporânea. Os processos de comunicação são inerentes à vida em sociedade, no entanto, com o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, tais processos ganharam dimensões ampliadas. Especialmente a partir do início do século XX, com a expansão das mídias de massa, cuja gênese está na imprensa e se expande por meio das mídias eletrônicas e, no final do mesmo século, com a emergência das mídias digitais, a comunicação, ou pelo menos parte dela, se transforma em uma indústria, fundamentada na lógica capitalista. Deixa de ser apenas meio e torna-se produto, sujeito às leis de mercado, buscando segmentos de públicos, rentabilidade, visibilidade, lucro.

Por outro lado, a expansão tecnológica e o acesso a equipamentos de produção de mensagens também possibilitou a expressão e apropriação de espaços na mídia por parte de grupos minoritários, até então dominados por empresas produtoras de conteúdo, ou, ao menos, apresentou a possibilidade de torná-los mais visíveis em ambiente midiático.

Esse cenário dúbio estimulou os estudos sobre os fenômenos comunicativos. Em paralelo a tais transformações no *modus operandi* do fazer comunicativo, a comunicação também delimita seu campo como área de conhecimento, ganhando espaço nas academias, atraindo o interesse de pesquisadores e criando cursos superiores específicos para a formação de comunicólogos, nas suas diversas habilitações e possibilidades de atuação profissional.

Essa mudança de cenário instiga a reflexão sobre o papel e o efeito da comunicação, tal qual ela se apresenta e se estrutura no mundo ocidental contemporâneo, na sociedade. Tal reflexão só pode acontecer de forma suficientemente profícua com a inserção de um parâmetro: para analisar o efeito da estrutura comunicacional contemporânea na sociedade, faz-se necessário definir qual é a sociedade que se tem como paradigma.

Para responder a essa problemática – que sociedade queremos ser? – toma-se como alicerce teórico o conceito de desenvolvimento. Este é formulado também em meados do século XX, promovendo um debate acadêmico sobre os rumos da sociedade. Inicialmente compreendido como sinonímia de crescimento econômico, visão que é reflexo de um contexto de pós-guerras mundiais que exigem um esforço de reconstrução dos países devastados social e economicamente, o conceito de desenvolvimento se reformula com a

contribuição de distintas áreas do conhecimento, que desbravam os domínios da interdisciplinaridade para delinear uma nova concepção do termo.

Furtado (2007), Sen (2000), Sachs (2000) são alguns dos autores que direcionam o conceito de desenvolvimento para as ideias de qualidade de vida, justiça social, acesso aos direitos humanos, distribuição de renda, aproveitamento de potencial endógeno, e o afastam da ideia de livre mercado em prol do crescimento econômico, assumindo uma perspectiva multidimensional.

Todo esse processo ocorre em uma sociedade na qual a comunicação mediada ganha cada vez mais amplitude e representatividade nas mais diversas dimensões sociais, o que permite retomar a reflexão sobre o papel da comunicação na atualidade. Quais usos da comunicação viabilizam condições sociais para o desenvolvimento de uma região? Como pensar em uma comunicação para o desenvolvimento em um cenário midiático pautado na lógica de mercado? São questões que só poderão ser respondidas a partir de um prisma interdisciplinar, cujos pilares se fundamentam na obra de Wilbur Schramm (1970), que estabeleceu definitivamente a interface entre comunicação e desenvolvimento com o livro *Comunicação de massa e desenvolvimento*.

O objetivo deste artigo, de caráter exploratório, bibliográfico e qualitativo, é delimitar possíveis interfaces entre as áreas de comunicação e os estudos de desenvolvimento regional, com o intuito de contribuir com a construção de pontes teórico-metodológicas que permitam pensar a comunicação para o desenvolvimento.

## **Comunicação para o desenvolvimento**

Para elaborar o pensamento acerca da relação entre comunicação e desenvolvimento, são abordados os seguintes aspectos: o conceito de desenvolvimento que é tomado como parâmetro para a discussão proposta; a reflexão sobre o papel dúbio que a comunicação desempenha na sociedade contemporânea e a identificação de estruturas comunicacionais e usos da comunicação que podem levar ao desenvolvimento.

A reflexão se inicia, portanto, com o conceito de desenvolvimento. A questão norteadora que impulsiona tal construção conceitual pode ser sintetizada na seguinte questão: como a sociedade quer se organizar e para chegar aonde?

Para tentar responder a essa questão e, conseqüentemente, chegar a uma definição de desenvolvimento, apresenta-se uma breve

retrospectiva que permite situar sua formação conceitual a partir da historicidade.

O conceito de desenvolvimento sofreu alterações significativas ao longo do século XX e restabeleceu seus paradigmas de forma bem evidente em um período histórico recente. Souza (2006, p. 61) afirma que “desenvolvimento é mudança, decerto: uma mudança para melhor”.

Primeiramente, faz-se necessário sistematizar as nomenclaturas e abordagens que se delineiam nos estudos sobre desenvolvimento: desenvolvimento econômico; desenvolvimento humano; ciência regional; desenvolvimento regional; desenvolvimento local; desenvolvimento territorial.

O conceito de desenvolvimento econômico se forma sob o prisma da economia, e adquire contorno, no Brasil, a partir dos estudos de Celso Furtado e da CEPAL. Furtado (2007) discute as condições econômicas, políticas e sociais associadas ao subdesenvolvimento brasileiro. O economista demonstra que o subdesenvolvimento decorre da associação entre fatores relacionados às condições de produção e o contexto histórico pertinente à dependência política, econômica e tecnológica decorrente da inserção subordinada na divisão internacional do trabalho e na aceitação por parte da elite política e econômica do país dessas condições. Para Furtado, o desenvolvimento associa crescimento econômico com a equidade social necessária ao acesso à saúde, educação, moradia, segurança e mobilidade concernentes à expressiva redução das assimetrias sociais e econômicas. O desenvolvimento econômico preconizado por Furtado rompe a perspectiva fundamentada no pensamento cepalino, relativa à suficiência do processo de industrialização enquanto indutor do desenvolvimento. Os estudos sobre desenvolvimento econômico fundamentados na CEPAL concebiam o desenvolvimento econômico como decorrente do crescimento econômico amparado na industrialização, cujos efeitos promoveriam a melhor distribuição do produto em razão da elevação da riqueza nacional e da qualidade dos empregos gerados com esse processo, impactando positivamente sobre a divisão social do trabalho (HAFFNER, 2002). Furtado (2007) rompe com essa conjectura ao evidenciar que a transformação da estrutura produtiva com o consequente crescimento do PIB é insuficiente para promover o desenvolvimento enquanto superação das assimetrias sociais. Para Furtado o desenvolvimento econômico é base para o desenvolvimento humano, o que justifica a superação das restrições inerentes à abordagem centrada somente em fatores econômicos. Ressalta-se que os limites da industrialização, enquanto promotora do

desenvolvimento, são apontadas por Arrighi (1997), cujo trabalho indica a continuidade do subdesenvolvimento na maioria das nações afetadas com a industrialização tardia do século XX, corroborando a perspectiva de Furtado.

O termo ciência regional tem sido usado especialmente na Europa para designar estudos acadêmicos com foco no estudo da dinâmica territorial. Sob tal perspectiva busca-se problematizar os fatores endógenos e exógenos relacionados ao desenvolvimento mediante abordagens multidisciplinares, que superam a limitação da análise puramente econômica, daí a pertinência da constituição de um campo do conhecimento, a ciência regional, cujo objeto referencia a constituição de uma epistemologia própria, refletida inclusive nos debates que o situam entre termos ainda não consensuais como a própria ciência regional, desenvolvimento regional ou território (RIBEIRO; MILANI, 2009). O olhar para a perspectiva regional se intensifica em função da diversidade regional constituir um desafio para a promoção do desenvolvimento, pois as políticas públicas e as ações correlacionadas aos atores sociais têm efeitos diversos em regiões distintas. Cada região conecta-se aos demais em razão das condições macroestruturais presentes na contemporaneidade sem desvincular-se das particularidades definidoras das trajetórias históricas de constituição. A ciência regional decorre da necessidade de se constituir o saber correspondente ao papel da regionalidade no desenvolvimento. A ciência regional representa a superação das conexões multidisciplinares na avaliação do desenvolvimento regional para a elaboração do saber interdisciplinar subjacente a sua condição de campo do conhecimento composto por objeto e ontologia específica.

Já os termos desenvolvimento regional, desenvolvimento local e desenvolvimento territorial abordam a temática sob o prisma do território. O território é percebido como o *locus* de articulação do desenvolvimento. Sob essa perspectiva a região é percebida enquanto espaço ocupado territorialmente. O território resulta das ações efetuadas no espaço mediante a associação entre a ação das instituições públicas e privadas e também dos diversos sujeitos sociais nele presentes. O espaço regional comporta múltiplas territorialidades, decorrentes das diferentes ações presentes na região. A especificidade das distintas territorialidades não implica a inexistência de relação entre elas no espaço regional, há uma conexão estrutural e estruturante entre os territórios. Desse modo, a territorialidade das experiências culturais no espaço urbano não as afasta da territorialidade das atividades econômicas, pois a dinâmica macroestrutural as fundamenta. Tais distinções são adequadas na

medida em que permitem o aprofundamento do saber da dinâmica regional sem estabelecer uma abordagem fragmentada, apta a definir formas autônomas ininteligíveis quanto a sua formação e impacto social (DALLABRIDA, 2015).

Temporalmente, identificam-se três enfoques mais evidentes nas discussões teóricas sobre desenvolvimento. O primeiro enfoque fazia uma relação direta entre desenvolvimento e crescimento econômico. Objeto de discussão no período pós-guerras, a preocupação principal era viabilizar a reconstrução dos países devastados pelos grandes conflitos. O olhar também se voltou para os países em desenvolvimento, já que não era mais possível pensar a economia com um olhar diferente do global. As estratégias, sistematizadas pelo Banco Mundial, fomentavam a industrialização e o investimento em países economicamente periféricos, por meio da concessão de financiamentos à infraestrutura e à industrialização para minimizar a importação.

Cada modo de desenvolvimento tem, também, um princípio de desempenho estruturalmente determinado que serve de base para a organização dos processos tecnológicos: o industrialismo é voltado para o crescimento da economia, isto é, para a maximização da produção. (CASTELLS, 1999, p. 35).

Os principais indicadores de desenvolvimento utilizados desse período eram o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda *per capita*, fato que evidencia a compreensão de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Essa fase revela implicitamente um pensamento evolutivo linear, uma vez que a evolução estava associada ao fenômeno da modernização. Apesar da questão do desenvolvimento regional começar a permear as discussões, ainda o conceito de evolução linear estava impregnado no discurso das instituições e pessoas envolvidas com o tema.

Nesta hipótese, parte-se de um modelo de sociedade rudimentar culminando no modelo da civilização ocidental industrializada de consumo, considerada única e universal. As diferenças culturais existentes entre os países não seriam devido às variadas formas de se apropriar e interagir com o ambiente, mas sim uma consequência dos retardamentos em relação à modernização, entendida como

sinônimo de evolução. (LAYRARGUES, 1997, p. 1-2).

O próprio empirismo revelou a necessidade da revisão desse conceito, principalmente ao se avaliar os efeitos do processo de industrialização dos países em desenvolvimento, que gerou reflexos sociais, entre eles a grande desigualdade de distribuição de renda, e não necessariamente ampliou a capacidade de geração de tecnologia, limitando-se, em muitos casos, aos processos de produção. “Um ‘desenvolvimento’ que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto, não merece ser chamado como tal” (SOUZA, 2006, p.61).

Delineia-se, a partir da década de 1970, outro enfoque de desenvolvimento, que passa a incorporar em seu conceito, além do crescimento econômico, aspectos sociais. A contribuição da ciência fica cada vez mais visível, pelos conceitos que se formam no meio acadêmico. O sociólogo Pierre Bourdieu (1980), ao discutir sobre o capital social, contribui para a inserção dos aspectos sociais em um cenário anteriormente compreendido exclusivamente pela ótica capitalista.

A aplicação particular de Bourdieu (1980) do conceito de capital social relaciona-se a compreender como os indivíduos interagem com o capital social para melhorar sua posição econômica em sociedades capitalistas. (ROSAS; CÂNDIDO, 2008, p. 65).

A tentativa de regionalização dos processos de desenvolvimento, que incorporaram em seus objetivos a satisfação das necessidades básicas, se reflete nos Planos de Desenvolvimento, especialmente os voltados para os países economicamente periféricos. Nacionalmente, os países estruturam projetos para contemplar regiões consideradas mais problemáticas, como foi o caso dos planos destinados ao Nordeste brasileiro. A implantação, no entanto, demonstrou-se difícil, mesmo porque a participação dos contemplados na elaboração dos projetos era quase nula.

Mesmo com essas dificuldades, atualmente torna-se impossível pensar em desenvolvimento sem considerar os aspectos sociais, o que demonstra que a questão social foi definitivamente incorporada no escopo da temática do desenvolvimento.

Para Sen (2000, p. 53), desenvolvimento está diretamente relacionado com “a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”. Reafirmando, “a expansão da liberdade humana é tanto



o principal fim como o principal meio do desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 71).

Para ilustrar essa mudança paradigmática, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera três variáveis básicas: renda *per capita*, longevidade e alfabetização combinada com a taxa de escolaridade, ainda que possua limites para aferir o desenvolvimento, conforme apontado por Guimarães e Jannuzzi (2005).

Deduz-se que o desenvolvimento se relaciona com a oportunidade dos seres humanos de desenvolverem suas potencialidades, de forma a atingir maior justiça social e melhor qualidade de vida. Sustentando o conceito até a atualidade, um aspecto foi definitivamente incorporado no escopo do desenvolvimento: a questão ambiental, o que caracteriza uma terceira fase da formação do conceito de desenvolvimento. Essa vertente ganhou visibilidade global pela incorporação do ambientalismo pelo discurso empresarial, associado ao desenvolvimento de práticas, normas e certificações que, em uma primeira leitura, visam a reduzir a ação antrópica da produção industrial e/ou minimizar o esgotamento da matéria-prima, no entanto, sob outro prisma, tornou-se uma forma de legitimar o modelo produtivo capitalista que, inerentemente, carrega suas contradições em relação ao conceito de desenvolvimento. O capitalismo tem como premissa o crescimento econômico constante, infinito, daí a contradição entre a responsabilidade ambiental das empresas e a sua prática. É inconciliável a sustentabilidade e elevação constante da produção. A natureza ainda é percebida como um ativo econômico, cujo valor decorre da sua transformação em mercadoria (HARVEY, 2005). Casos como a tragédia de Mariana em 2015<sup>5</sup> evidenciam a distância entre a prática econômica e o discurso de responsabilidade ambiental. A elevação da produção de minério para manter a taxa de lucro em um momento de redução do valor desta *commoditie* provocou a geração de uma quantidade maior de resíduos que a barragem poderia suportar que, somada à negligência com as medidas de segurança, resultou na morte de 19 pessoas e em prejuízos irreparáveis às vítimas, à sociedade e à natureza. Ressalta-se que o episódio não pode ser considerado um acidente, e sim uma tragédia decorrente da relação do capital com os recursos naturais.

---

<sup>5</sup> Em 2015 o rompimento de uma barragem de empresa mineiradora resultou no vazamento de resíduos e lama no município de Mariana – MG, causando dezessete mortes e soterramento de parte do distrito de Bento Rodrigues.

[...] é reducionismo atrelar o problema do meio ambiente apenas ao contexto econômico. É muito mais amplo e abrangente no tocante às variáveis políticas, tecnológicas, sociais e culturais. Embora tais medidas sejam extremamente importantes e necessárias para maior consciência coletiva dos dirigentes empresariais. (KUNSCH, 2007, p. 132-133).

Diante de consequências ambientais decorrentes do processo acelerado de industrialização, somados às questões sociais, a ideia de sustentabilidade passa a ser associada ao conceito de desenvolvimento, difundindo a ideia de que “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 46).

Desenvolvimento sustentável foi então definido no mencionado Relatório Brundtland. O que pretende é alcançar uma situação ideal de justiça social, para a humanidade, na qual o desenvolvimento socioeconômico, em bases equitativas, estaria em harmonia com os sistemas de suporte da vida na Terra. Em tal situação, ocorreria certa melhoria na qualidade de vida das populações, cujas necessidades (e alguns dos desejos) da presente geração estariam satisfeitas sem prejuízos para as gerações futuras. O paradigma do desenvolvimento sustentável inclui, necessariamente, equilíbrio de desenvolvimento socioeconômico, preservação e conservação do ambiente, e também controle dos recursos naturais essenciais, como água, energia e alimentos. (CORDANI, 1995, p. 14).

Sachs (2000) é assertivo ao mencionar a solidariedade sincrônica e a solidariedade diacrônica ao discutir o conceito de desenvolvimento sustentável. Isso significa, empiricamente, que não basta uma organização tomar medidas ambientais para minimizar impactos ambientais e poupar matéria-prima se mantém funcionários em empregos precarizados, pois é impossível pensar em solidariedade

sincrônica sem esbarrar na necessidade de minimização das desigualdades sociais.

Os conceitos e abordagens acerca do desenvolvimento expostas no decorrer do artigo evidenciam a complexidade do debate e a pertinência de se problematizar como a comunicação pode estabelecer contribuições para a consolidação de uma área do conhecimento multidisciplinar, mas dotada de sua própria particularidade. Dallabrida (2014), ao enfatizar a cultura como elemento fundamental para o desenvolvimento, abordagem pioneiramente explorada por Furtado, e que permite estabelecer, definitivamente, o elo entre comunicação e desenvolvimento, indica a potencialidade da comunicação enquanto saber relacionado à ampliação da assertividade, os estudos relacionados ao desenvolvimento. Neste artigo entende-se a comunicação como fator decisivo para o desenvolvimento dado seu potencial para a ampliação da transparência das políticas públicas e empoderamento dos sujeitos sociais quanto à definição das condições necessárias à redução das assimetrias sociais. Contudo, antes de se delinear as contribuições da comunicação aos estudos sobre o desenvolvimento, é necessário estabelecer a compreensão sobre como a atual estrutura de comunicação impacta sobre as condições pertinentes ao desenvolvimento.

A segunda etapa consiste em refletir sobre como a comunicação se estrutura atualmente nas sociedades contemporâneas ocidentais ou ocidentalizadas, com o intuito de compreender as condições de produção da comunicação, as relações econômicas e de poder que pautam os processos comunicacionais.

A reflexão sobre o papel dúbio que a comunicação desempenha na sociedade contemporânea, em função de sua estrutura, é fundamental. Para iniciar o debate, retoma-se a perspectiva de Flusser (2007) ao afirmar que a comunicação baseia-se em um processo artificial, alicerçado na utilização de mecanismos não naturais, previamente elaborados. A manipulação da língua e o estabelecimento de uma determinada linguagem seriam, a partir da concepção de Flusser, uma ação premeditada e, por conseguinte, não espontânea, ou seja, artificial. A artificialidade citada não é, na visão do autor, totalmente consciente, uma vez que o aprendizado do código acarreta o entendimento e domínio artificial desse elemento essencial à Comunicação. Para justificar o caráter não natural, Flusser afirma que a comunicação humana é empregada para estabelecer relações entre os indivíduos, não como ação instintiva, mas de sobrevivência nos grupos sociais. Ora, se a comunicação é artificialmente criada, cabe

compreender as intencionalidades que levaram à conformação do cenário midiático contemporâneo.

A concentração dos veículos de comunicação em um território pode se dar de maneiras distintas e está diretamente relacionada à forma como o sistema de mídia foi concebido politicamente. Para identificar as diversas possibilidades de estruturação do sistema midiático de um país, Hallin e Mancini (2004), que enfatizam a indissociabilidade da mídia com o sistema político de um país, propuseram uma categorização para a relação mídia e sistema político, aplicável às atuais democracias de base econômica capitalista, conforme Quadro 1.

### Quadro 1: Categorização de estruturas de mídia

<b>Categoria</b>	<b>Caracterização</b>
pluralista polarizado ou mediterrâneo:	caracterizado pela existência de jornais de baixa circulação, orientação da mídia para a elite política, centralidade da mídia
corporativista-democrático ou norte-centro europeu	caracterizado por desenvolvimento precoce do jornalismo, liberdade de imprensa, alta circulação dos jornais, imprensa fortemente ligada a grupos sociais. A mídia é vista pelos cidadãos como instituição social importante.
liberal ou atlântico norte	desenvolvimento precoce da imprensa comercial e de massa, liberdade de imprensa e individualismo. O jornalismo é orientado à informação.

Fonte: Adaptado de Hallin e Mancini (2004)

Segundo os autores, o Brasil se situa no modelo pluralista polarizado ou mediterrâneo, portanto a mídia possui estreitas ligações com a elite política e é altamente centralizada. Segundo Donos da Mídia (2016), no Brasil há 41 grupos de abrangência nacional. Apenas os dez grupos desses grupos controlam 327 veículos de comunicação e todos eles têm em seu escopo a mídia televisiva, concentrando altos índices de audiência e ampla cobertura.

Tal cenário tem sua gênese no processo de formação da política brasileira de telecomunicações, resultante de conflitos de interessados em definir o caráter da expansão dos meios de comunicação no Brasil. “A batalha do governo Goulart com os empresários da radiodifusão foi crucial para a preservação da exploração privada dos meios de comunicação no Brasil segundo as expectativas dos empresários, mas também dotou o Estado dos instrumentos necessários a condução estratégica do setor” (SANTOS; CARNIELLO, 2014, p. 69).

No início da década de 1960 o Código Brasileiro de Telecomunicações foi aprovado de acordo com as disposições consideradas convenientes pelo governo Goulart e mantidas mesmo após o golpe militar, especificamente quanto ao monopólio estatal da expansão da infraestrutura. Já os empresários defendiam que a iniciativa privada seria mais apta que o Estado para lucrar em uma atividade empresarial.

A partir de fevereiro de 1969, com a integração do Brasil ao sistema INTELSAT, o país pode participar da rede mundial de televisão que acompanhou a primeira missão tripulada para a Lua em 20 de julho de 1969. As transmissões passaram a operar em rede nacional, definindo um novo modelo de transmissão televisiva. “Todos os troncos de microondas instalados pela EMBRATEL possuíam um canal exclusivo para televisão. Isso permitiu a TV Globo atingir as regiões econômicas mais distantes do seu local de produção simultaneamente à integração nacional das telecomunicações” (SANTOS; CARNIELLO, 2014, p.69).

Em meio ao conflito de interesses entre iniciativa privada, Estado e militares, o Código Brasileiro de Telecomunicações “definiu que os serviços de radiodifusão constituiriam monopólio estatal enquanto os produtos vinculados ao entretenimento de rádio e TV ficariam sob a exploração privada” (SANTOS; CARNIELLO, 2014, p. 66). O estado, por meio da Embratel assumiu a tarefa de aparelhar o país com a estrutura de telecomunicações, e o setor privado investiu em empresas produtoras de conteúdo, com forte presença da televisão. Esse modelo foi fundamental para a rápida expansão da televisão no Brasil, o que dinamizou o mercado publicitário no Brasil. Uma das ações do governo militar foi a promulgação do decreto-lei n. 200, que enfatizava a organização do setor produtivo estatal em benefício da dinamização do capitalismo brasileiro, resultando em uma maior aproximação da iniciativa privada (ROCHA FILHO, 1981). O resultado do processo de criação da estrutura de telecomunicações no Brasil foi a submissão dos recursos do Estado para a consecução da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do setor privado.

Na estrutura de mídia brasileira, a comunicação prioriza o crescimento econômico, já que é pautada prioritariamente no modelo comercial com concentração de propriedade dos veículos. Em função disso, uma comunicação para o desenvolvimento sempre será marginal, pois ela se situa fora da lógica de mercado que rege os veículos de comunicação. Formula-se a hipótese de que nas regiões que são menos representativas como mercados consumidores, há maior probabilidade de se desenvolver uma comunicação para o

desenvolvimento, por não haver tanto interesse de penetração da mídia comercial. No entanto, mesmo com iniciativas locais e regionais, a macroestrutura ainda permanece como um entrave para uma política de comunicação voltada ao desenvolvimento, efetivamente.

Com o acelerado desenvolvimento tecnológico da mídia, historicamente vivenciado no século XX, mais do que nunca a comunicação ganha destaque na sociedade, o que permite o estabelecimento de novas interfaces entre as ciências e a delimitação de novos temas de estudo.

Porque se concretiza através da busca de conhecimento realizada por pesquisadores vivos, a ciência, ela mesma, é coisa viva, não se referindo àquilo que já se sabe, mas àquilo que se está lutando por obter através de pesquisa em ato. Isso não significa que a sistematização do conhecimento não faça parte da ciência e não tenha nela importância. Significa, isto sim, que o mais relevante está naquilo que ainda não se conhece e se está lutando por descobrir. (SANTAELLA, 2001, p. 104).

Talvez, a partir desse enfoque, se estabeleça um novo campo de atuação para os pesquisadores de comunicação, um embrião de uma escola de pensamento.

### **Temáticas de estudo sobre comunicação para o desenvolvimento**

As conexões teóricas estabelecidas entre Comunicação e Desenvolvimento denotam contornos que, neste século, tendem à consolidação. Fenômeno da contemporaneidade, os estudos formulados sobre a interface têm robustecido de forma gradativa as conceituações envolvendo campos científicos que, por essência, mantêm fronteiras com significativa proximidade, mas que antes não usufruíam de maior confluência. O estudo de Schramm (1970) sobre Comunicação e Desenvolvimento, ainda em um cenário midiático caracterizado pela comunicação de massa, alerta para a reflexão sobre quais usos e formas de comunicação podem levar ao desenvolvimento. A comunicação pode, ao contrário, ser uma ferramenta extremamente eficaz para legitimar estruturas de poder, manipular a opinião pública

ou inibir a ação, remetendo à disfunção narcotizante dos meios de comunicação de massa identificada por Lazarsfeld (WOLF, 2011).

Vários são os caminhos que permitem estabelecer elos entre a comunicação e a temática do desenvolvimento. Castells (1999, p.31), ao afirmar que “a revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 80”, confirma o quanto a comunicação está presente no contexto contemporâneo.

A própria exposição midiática das problemáticas globais em relação ao meio ambiente, apenas para destacar um dos aspectos, revela o envolvimento da comunicação na disseminação dos conceitos acerca do desenvolvimento sustentável. Assim, a opinião pública, cujo fator de influência inegável é a mídia, é uma das variáveis que compõe o fluxo de difusão do conceito de desenvolvimento.

[...] acredita-se que há, hoje, por parte das pessoas em geral, uma maior sensibilidade para o problema. Isso se dá, em parte, graças à penetração e ao poder da mídia, que, apesar de seu pouco engajamento com a causa ambiental, populariza o assunto quando necessário, como foi a cobertura da Rio 92, e pelo processo de globalização em curso, que exige mudanças comportamentais profundas em todas as esferas públicas e privadas. (KUNSCH, 2007, p.130).

A discussão de que comunicação leva ao desenvolvimento é o cerne da questão para estabelecer as relações entre comunicação e desenvolvimento. Panos London (2007) estabelece algumas possibilidades de como a comunicação pode desempenhar papel fundamental para o desenvolvimento:

- no processo político equitativo e inclusivo;
- nos processos de governança nacional e internacional efetivos, responsivos e verificáveis;
- no apoio aos cidadãos engajados e à sociedade civil dinâmica;
- na geração de crescimento econômico sustentável, transparente, eficiente e equitativo;
- no estabelecimento e proteção de um ambiente midiático livre, plural, com diversidade de veículos de comunicação e qualidade.

Pretende-se, com essa discussão, contribuir para a criação de possíveis interfaces entre comunicação e desenvolvimento, assunto que, por si só, demanda o olhar de diversas áreas da ciência e é uma

dos temas contemporâneos que anseiam por soluções e direcionamentos oriundos do campo científico para encontrar caminhos que permitam refletir quais modelos e estruturas de comunicação são favoráveis ao desenvolvimento.

No momento atual, com a importância e complexidade crescente dos fenômenos comunicacionais em nível global, nacional e regional, resultante de uma série de fatores, como os processos de concentração desregulamentação, internacionalização e convergência midiática, assiste-se, em todo o mundo, tanto desenvolvido como em fase de desenvolvimento, ao crescimento e desenvolvimento da pesquisa em comunicação. (FADUL, 2003, p. 264).

Seguem, sistematicamente, algumas abordagens por meio das quais a comunicação pode contribuir com a temática do desenvolvimento, seja como objeto principal de estudo, seja pela transposição de métodos próprios da pesquisa em comunicação para as disciplinas com as quais dialoga.

#### a) Comunicação e empoderamento

A comunicação pode ser uma importante ferramenta para o empoderamento da sociedade. Partindo da visão de Sachs (2010), que compreende o desenvolvimento como na capacidade de um povo em pensar a seu próprio respeito, dotar a si mesmo de um projeto, o empoderamento é um elemento fundamental nesse processo.

Perkins e Zimmerman (1995, p. 12) definem o empoderamento como “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”. Para que os sujeitos desenvolvam tais capacidades, o acesso à informação e a existência de meios de expressão e de articulação social acessível se apresentam como elementos facilitadores, permitindo que os indivíduos, ao conhecer sua história, adquiram autoridade e protagonismo sobre ela e construam seus arranjos coletivos e delimitem seu território.

Empoderamento está diretamente relacionado ao conceito de autonomia, ou seja, a referência quanto à capacidade de pessoas e de grupos poderem decidir sobre os temas e demandas que lhes dizem



respeito, optar entre caminhos alternativos em diversos campos – político, econômico, cultural, psicológico, social.

Só se alcança o empoderamento do cidadão por meio da instrumentalização social, o que Sen (2010) apresenta como liberdades. Dentre elas, o acesso à informação e a transparência se apresentam como elementos constituintes de um ambiente social que não apresente restrições estruturais ao indivíduo. Friedman (1996) reforça tal ideia ao afirmar que a pobreza desempodera, pois subtrai do indivíduo a possibilidade de gozar os direitos de cidadania.

Os meios de comunicação podem exercer papel fundamental no empoderamento da sociedade, ao informá-la sobre a sua própria realidade, ao viabilizar o debate da sociedade sobre temas de seu interesse, ao estabelecer os canais de comunicação entre governo e sociedade, ao dar voz aos distintos grupos sociais.

b) Análise das manifestações comunicacionais em espaços urbanos e rurais

Espaço e território são os elementos comuns que viabilizam a interdisciplinaridade nesta abordagem, visto que são terrenos de construção de identidades, vínculos, no qual se estabelecem as relações socioproductivas por meio de ações cooperativas ou conflituosas.

A relação rural-urbana tem sido objeto de atenção quando se fala em desenvolvimento regional, visto que o processo de urbanização foi uma característica marcante do século XX. É nesse espaço fluido que se externaliza a diversidade cultural, o que se dá por meio de processos comunicativos. Analisar as manifestações comunicacionais dos grupos socioculturais que coexistem em um determinado território é uma das possibilidades de vincular comunicação ao desenvolvimento.

Há uma possibilidade de relação entre comunicação e desenvolvimento nessa vertente, na medida em que a cidade é um espaço de trocas simbólicas viabilizadas pelos diversos fluxos de comunicação. A relação entre os processos de comunicação e a constituição socioespacial de uma localidade é bilateral. Segundo Bulot (2007, p.21, tradução nossa) “a avaliação social dos discursos urbanos participa da produção das formações socioespaciais da cidade, e que estas, em retorno, contribuem para produzir as categorias descritivas da urbanidade linguística”.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à apropriação de tecnologias de informação e comunicação em meios não urbanos, tais quais comunidades rurais, comunidades indígenas ou grupos

minoritários que encontram nas TICs um canal de expressão, de interface com outros grupos sociais e uma porta para a visibilidade social. Devido ao advento e ao aprimoramento de artefatos tecnológicos que se tornam cada vez mais acessíveis aos mais diversos extratos sociais, os chamados meios de Comunicação tradicionais – impresso, rádio e televisão e de rádio – privam-se progressivamente da hegemonia que mantinham perante os públicos. Parafraseando conceito forjado por McLuhan (1971), os novos suportes tecnológicos digitais que permitem acesso à Internet, como *smartphones* e *tablets*, converteram-se em extensões físicas dos indivíduos, suplantando os meios tradicionais que exerciam essa função.

Compreender, por meio das manifestações comunicacionais, as características dos grupos sociais, permite gerar informações relevantes, se não fundamentais, para duas finalidades distintas: avaliar resultados de projetos públicos ou privados voltados para o desenvolvimento e identificar as demandas dos grupos sociais para tomar decisões e elaborar projetos voltados ao desenvolvimento.

### c) Manifestações dos discursos nas mídias

“O diálogo é o instrumento de compreensão entre uma consciência e outra, entre uma cultura e outra” (LLOPART, 2007, p.160, tradução nossa). Essa afirmação revela a importância da compreensão e análise das manifestações midiáticas de grupos sociais.

Apesar do pressuposto dessa vertente de relação entre comunicação e desenvolvimento ser a mesma da apresentada anteriormente – a de que os grupos sociais se manifestam por meio de seus discursos – optou-se por sistematizá-las separadamente uma vez que, aqui, o olhar volta-se para a análise dos discursos que se manifestam nas mídias impressas, eletrônicas e digitais. Esse fato lhe confere duas distinções em relação à vertente anterior: primeiro, porque ocorre uma intermediação mais complexa dos processos comunicativos, pois os discursos passam pela interpretação dos gestores das mídias e pela adequação da linguagem a cada veículo; depois, porque há a possibilidade de uso de metodologias mais específicas, entre as quais se destaca a auditoria de imagem na mídia. “Pode-se imaginar um projeto global de auditoria de imagem como um conjunto diversificado de técnicas (e/ou metodologias) para aferir a percepção que os públicos têm das organizações” (BUENO, 2005, p. 347).

São inúmeras as mídias por meio das quais os discursos podem se manifestar. Ouvir os discursos nas mídias implica compreender as

vozes da sociedade e suas intermediações por meio dos veículos de comunicação, especialmente em uma sociedade que, cada vez mais, se caracteriza por fluxos de comunicação mais numerosos e mais complexos, devido ao multiplicar de meios decorrentes do desenvolvimento tecnológico.

Cabe, nessa vertente, ouvir os discursos para identificação ou formação de redes sociais; para identificar as forças e ouvir as demandas nas fases de planejamento de projetos de desenvolvimento; para verificar a imagem de grupos sociais e organizações na mídia; para verificar as relações entre local e global; para identificar as ações que são realizadas por vias governamentais e não governamentais; para verificar as relações entre o discurso oficial e o discurso não oficial sobre ações para o desenvolvimento; para verificar o discurso das organizações e suas relações com seus diversos públicos; para viabilizar a implementação de metodologias participativas para fomento do desenvolvimento regional ou local.

Os discursos elaborados e replicados a partir da mídia têm efeitos concretos sobre as condições de desenvolvimento, com impacto sobre as relações sociais e a conformação das instituições. No período anterior ao golpe civil-militar de 1964, ocorreu uma campanha de desestabilização do governo João Goulart, o que incluiu ações de reforço negativo quanto à percepção da imagem do presidente e sua equipe até sabotagem econômica (DREIFUSS, 2006). Tais ações foram fundamentais para o sucesso dos golpistas junto à parcela expressiva da população, bem como a aceitação de um ajuste econômico adequado à modernização conservadora do país, pois a aliança entre os grandes conglomerados de mídia e o Estado autoritário possibilitou a realização de um arrojo econômico responsável por ampliar as assimetrias socioeconômicas brasileiras e as diferenças regionais. Em 2016 o impedimento da continuidade do mandato da presidente eleita Dilma Rousseff reproduziu as condições do pré 1964. Uma ampla campanha de desgaste promovida com a participação dos grandes conglomerados de mídia desde 2014, caracterizada por uma atuação midiática desequilibrada foi responsável por insuflar parcela considerável da população contra o então governo, apresentado como responsável por conluio entre empresas e agente públicos e ações para desviar recursos públicos, corrupção. Porém, a presença de elementos vinculados a todos os partidos em todas as esferas de governo em casos de corrupção foi pouco explorada, por exemplo, nas denúncias de corrupção relativas a membros da antiga oposição e no governo estadual de São Paulo.

Construiu-se uma imagem distorcida da política nacional e da realidade brasileira sob um prisma moralista, reproduzidor de um discurso udenista raso, pois pautado na ideia de que a eliminação da corrupção implicaria o desenvolvimento nacional. Evidentemente a corrupção deve ser combatida, mas ela é a manifestação das assimetrias socioeconômicas nacionais e é utilizada como meio para preservá-las ao produzir os recursos de manutenção dos privilégios de classe presentes na sociedade nacional. O mais chocante na mudança de governo foi o uso das leis para promover uma mudança de governo sem fundamento concreto. A nova modalidade de mudança política não recorre mais ao uso da força militar após campanhas midiáticas para comoção popular e sim no uso de instrumentos legais de modo ilegal para operar mudanças de poder apoiadas por grandes conglomerados de mídia, com evidente fragilização da democracia (SOUZA, 2016). Essa mudança, classificada por muitos analistas como golpe (ANDERSON, 2016) somente foi possível em razão da concentração da estrutura de mídia no Brasil. Poucas famílias controlam as grandes empresas de comunicação, condição que possibilita o estabelecimento de uma narrativa política estreita e associada aos interesses dos grupos tradicionalmente privilegiados. No campo econômico as medidas anunciadas por Michel Temer e sua equipe são apresentadas pelos conglomerados de mídia como a solução para a crise brasileira. Tais medidas como o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos afetam as parcelas mais frágeis da população quanto ao acesso ao trabalho, à saúde, à educação e à previdência social enquanto as isenções fiscais das grandes empresas, a reduzida tributação sobre a especulação financeira e a manutenção dos privilégios da elite econômica não são abordadas na narrativa midiática sobre a crise nacional. Há um monopólio da narrativa com efeitos inibidores quanto à pluralidade do acesso à informação e, portanto, limitador da contribuição da comunicação para o desenvolvimento. Somente o fim da concentração econômica da mídia, a pluralidade do acesso à informação e a comunicação pública transparente podem dinamizar a contribuição da comunicação para o desenvolvimento.

#### d) Imagem de lugares

As cidades são espaços de trocas simbólicas, nos quais os processos de comunicação exercem importante papel na construção do espaço. “A cidade é um espaço de troca intercultural, um espaço de trocas simbólicas entre as diferentes culturas que a compõem”

(GHORRA-GOBIN, 2008, p.4, tradução nossa). Nesses espaços de representação, perpassam as mídias, que exercem importante papel na construção da imagem de um lugar.

Definimos imagem de um lugar como um conjunto de atributos formado por crenças, idéias e impressões que as pessoas têm desse local. As imagens costumam representar a simplificação de inúmeras associações e fragmentos de informações e são o produto da mente tentando processar e enquadrar enormes quantidades de dados relacionados a um lugar [...] A imagem de um lugar pode mudar rapidamente quando os meios de comunicação e a propaganda boca a boca disseminam notícias a seu respeito. (KOTLER et al. 2005, p. 182-185).

A imagem de um lugar determina seu posicionamento perante o mundo, sua atratividade de investimentos e pessoas, bem como seu potencial turístico, variáveis que compõem a questão do desenvolvimento. Também diz respeito ao sentimento de pertença e domínio de um povo sobre seu território. Lynch (1980) propõe o conceito de imageabilidade ao propor um método de identificar as imagens que se configuram como pontos de referência dos municípios no ambiente intraurbano. Há uma relação com aspectos sociais, mas também com aspectos econômicos que compõem o conceito de desenvolvimento, uma vez que o turismo é visto hoje como uma possibilidade de desenvolvimento territorial.

Nessa vertente, há dois aspectos a serem abordados: a criação de estratégias para a construção da imagem de uma localidade; e a avaliação da imagem de uma região ou local, de forma a obter um diagnóstico da situação em determinado período de tempo, aspectos que podem dar suporte ao planejamento urbano.

e) Comunicação pública, comunitária, educativa e governamental

A comunicação pública é uma garantia legal e tem como principais funções acompanhar mudanças de comportamento da sociedade, potencializada pelas mídias digitais. Conceituar a comunicação pública exige diferenciá-la da comunicação política. Matos (2006) explica que a primeira surge como uma versão

aprimorada da comunicação governamental, com o um processo que envolve Estado, governo e sociedade numa relação participativa, regada a um fluxo intenso de troca de informações, para que juntos possam debater as decisões sobre os rumos do país. Esse tipo de comunicação leva o peso de ter papel de extrema importância na democracia, ao ser canal de propagação dos passos dados pela administração pública. De outro lado, Matos (1998) coloca, então, a comunicação política, que define como algo que tem como meta influenciar e convencer o público sobre aspectos específicos de suas decisões voltadas aos temas políticos, por meio de técnicas de marketing, com objetivos de curto prazo.

Nas últimas décadas, a comunicação pública no Brasil deixou de ser usada exclusivamente para realizar a comunicação entre o governo e os cidadãos e passou a repercutir as mudanças políticas, sociais e econômicas do país (MATOS, 2006).

Um passo importante para fortalecer o acesso à informação no Brasil foi a criação da Lei de Acesso à Informação (LAI), em 18 de novembro de 2011, que tem a transparência como sua principal bandeira ao exercer o papel de normalizar as relações comunicacionais entre a sociedade e os órgãos públicos.

Desse modo, a LAI efetiva as condições necessárias à comunicação pública, aspecto fundamental para a democracia e para o desenvolvimento. A transparência é um mecanismo fundamental ao possibilitar a fiscalização do poder pública pela sociedade, o que contribui para a separação entre a comunicação política e a comunicação pública. Tal separação é complexa, pois a gestão do Estado é de responsabilidade de agentes públicos escolhidos mediante o processo político eleitoral e suas ações refletem essa origem. Contudo, todo agente público eleito, nomeado ou selecionado por concurso deve observar as normas legais que orientam sua conduta, inclusive quanto ao cumprimento das suas funções, daí o papel fundamental quanto à transparência e consequente fiscalização.

A LAI contribui também para a efetiva execução das demais dimensões da comunicação pública, pois ela deve apresentar as interfaces comunitária, educativa e governamental. A comunicação pública pode contribuir com o desenvolvimento ao possibilitar a participação dos diversos setores da sociedade na elaboração, efetivação, fiscalização e avaliação das políticas públicas ao favorecer o acesso à informação, condição ímpar para a participação social. Desse modo, a comunicação pública pode incluir as questões locais, específicas de cada comunidade e da diversidade nela instalada, contribui com o acesso às várias formas de inclusão via educação

possibilitadas com o poder público e também pode comunicar de modo amplo e irrestrito as ações governamentais.

Entretanto, tais condições ainda se encontram no plano dos ideais possibilitados com a LAI. A estrutura de mídia ainda é muito concentrada no Brasil e as políticas públicas de comunicação que poderiam contribuir com a maior democratização do acesso à informação quanto às dimensões da comunicação pública se encontram fragilizadas com a redução da autonomia dos setores responsáveis por operá-las, como a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

## **Considerações finais**

O desenvolvimento enquanto campo de conhecimento constitui-se mediante a multidisciplinaridade, pois resulta da contribuição de diversas áreas do conhecimento. Sua multidisciplinaridade possibilita a contribuição de diversas áreas do saber e, simultaneamente, implica a elaboração de uma perspectiva adequada à interação entre saberes distintos para a elaboração de um campo de conhecimento conceitualmente delimitado. As interfaces entre a comunicação e o desenvolvimento estabelecem-se no âmbito das políticas públicas e da potencialização da participação política.

Note-se, contudo, que as interfaces entre a comunicação e o desenvolvimento estabelecem-se em um contexto historicamente delineado, daí a necessidade de refutar a contribuição da comunicação para o desenvolvimento enquanto solução mágica, desconectada da própria historicidade. O debate sobre o desenvolvimento requer a elaboração de uma teoria do desenvolvimento correlata às condições históricas norteadoras da divisão internacional do trabalho sob o espectro capitalista, cuja contemporaneidade assenta-se sobre o fenômeno da globalização. Desse modo, as particularidades de cada região associam-se aos desdobramentos da contração do tempo e do espaço sob as formas capitalistas de produção, presentes inclusive em Estados politicamente associados ao comunismo, especialmente a China.

Conectar as reflexões pertinentes às interfaces entre a comunicação e o desenvolvimento com seu contexto histórico potencializa o adequado aprofundamento dos desafios inerentes a essa aproximação. O desenvolvimento é um campo de conhecimento multidisciplinar e as interfaces da comunicação somente são viáveis sob esse prisma. Daí a inviabilidade de interfaces concretas entre comunicação e desenvolvimento sob a ótica instrumental, retificadora das assimetrias sociais e econômicas nacionais. A excessiva

concentração do controle dos meios de comunicação no Brasil corresponde à ausência de condições para consolidar a comunicação pública e suas funções potencializadoras do empoderamento popular e transparência da gestão e dos processos políticos.

Nesse cenário, as interfaces entre a comunicação e o desenvolvimento requerem a análise concreta das condições de sua efetivação. Todo potencial constatado no decorrer deste artigo depende de um processo complexo, da interação entre a ação dos pesquisadores quanto à problematização das interfaces e o apontar das possibilidades e a sua transformação em práticas de políticas públicas dedicadas a potencializar a comunicação em benefício do desenvolvimento. Trata-se, em última instância, de se renovar o sistema de comunicação com o priorizar da democratização da informação e dos serviços de comunicação em detrimento do histórico favorecimento da comunicação enquanto recurso de mercado sustentado por ações do Estado, a exemplo do Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, que assegurou as condições necessárias ao domínio das grandes corporações de mídia a partir de uma infraestrutura pública.

Evidentemente as ações realizadas no âmbito da atuação das universidades, dos diversos níveis de governo e das entidades da sociedade civil não podem ser desprezadas quanto ao potencializar da participação cidadã, da transparência pública, educação e inclusão. Mas suas contribuições ocorrem em um contexto amplamente dominado pelo oligopólio dos conglomerados de mídia e da percepção da comunicação enquanto produto, mercadoria para a distribuição de outras mercadorias. Alterar as condições concretas da economia política da comunicação é uma condição incontornável para potencializar as interfaces entre comunicação e desenvolvimento.

## Referências

ANDERSON, P. et al. **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. (1980). O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.



BUENO, W. C. Auditoria de imagem na mídia. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

BULOT, T. Espace urbain e mise en mots de la diversité linguistique. In : BIERBACH, C ; BULOT, T (Org.). **Les codes de la ville: cultures, langues et formes d'expression urbaines**. Paris: L'Harmatan, 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORDANI, U. G. As ciências da terra e a mundialização das sociedades. **Estudos avançados**, v. 9, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n25/v9n25a03.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2008.

DALLABRIDA, V. R. Territory planning and management: the theory debate in Brazil and a prospect of practice according to theoretical contributions on territorial governance. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 4 (número especial), p. 51-77, dez./2015, Taubaté, SP, Brasil. Acesso em: 07 out. 2016.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e indicação geográfica como referência**. São Paulo: LiberArs, 2014.

DONOS DA MÍDIA. Veículos. 2006. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/veiculos>>. Acesso em: 06 mar. 2016

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1966.

FADUL, A. Pesquisa e ensino nos 25 anos da Intercom. In: PERUZZO, C. M. K.; SILVA, R. B. (Org.). **Retrato do ensino da comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, Taubaté: Unitau, 2003.

FLUSSER, Vilém. Códigos. In: \_\_\_\_\_. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. Organização de Rafael Cardoso e tradução de Raquel Abi Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p. 87-177.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GHORRA-GOBIN, C. Villes e communication interculturelle. **Geographie et Cultures**, Paris, n. 26. 1998.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista**

**Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 73-90, maio 2005. Disponível em:

<[http://www.anipes.org.br/cursos/pdf/fontes\\_indicadores/ind\\_idh\\_pot\\_limites.pdf](http://www.anipes.org.br/cursos/pdf/fontes_indicadores/ind_idh_pot_limites.pdf)>. Acesso em: 15 jun 2009.

HALLIN, D. C. E MANCINI, P. **Comparing Media Systems**. Three Models of Media and Politics. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2004.

HAFFNER. J. A. H. **A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HARVEY, D. **A produção capitalista do Estado**. São Paulo: Annablume, 2005.

KOTLER, P. et al. **Marketing de lugares**. São Paulo: Pearson, 2005.

KUNSCH, M. M. K. A comunicação para o desenvolvimento sustentável na sociedade globalizada. In: BARBOSA, M. (Org.). **Vanguarda do pensamento comunicacional brasileiro: as contribuições da Intercom (1977-2007)**. São Paulo: Intercom, 2007.

LAYRARGUES. P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Proposta**, v. 25, p. 5-10, 1997. Disponível em:

<[http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user\\_35/FICH\\_PT\\_32.pdf](http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_PT_32.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2008.

LLOPART, B. S. Um espace hybride de communication entre habitants, architecte et antropologue. In: VILLANOVA, R. (Org.). **Conjuguer la ville**. Paris: L'Harmattan, 2007.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MATOS, H. H. G. Comunicação Política e Comunicação Pública. **Organicom**, ano 3, n. 4, p. 61-73, 2006. Disponível em:

<<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/55/189>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

MATOS, H. **Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo**. I Seminário de Comunicação Legislativa do Senado Federal, 1998. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/783e6552ae7775c83c58acadbcb0563e.PDF>>. Acesso em: 05 maio 2015.

MCLUHAN, Marshall. Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1971.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

PANOS LONDON. **The case for communication in sustainable development**. London: Panos London, 2007. Disponível em:

<<http://panoslondon.panosnetwork.org/wp-content/files/2007/09/The-Case-for-Communication-in-Sustainable-Development.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

PERKINS, D. D.; ZIMMERMAN, M.A. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. **American Journal of Community Psychology**. Oct. v. 23. n. 5. p. 569-79. In: Empreendedorismo feminino: opção para superação da vulnerabilidade. (2014) 20th APDR Congress, Portugal. Anais eletrônicos. Lisboa: Open University, 1995. Disponível em: <<http://www.openuniversity.lisbon.pt/npms/pard-congress-empendedorismo.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2016.

RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009.

ROCHA FILHO, A. F. **Comunicação de massa e Estado**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Escola de Comunicação e Arte (USP), 1981.

ROSAS, I. A. G; CÂNDIDO, G. A. Capital Social como instrumento para viabilização do desenvolvimento regional: estudo de caso no Cariri Paraibano. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 4, n. 2, p. 58-80, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/022008/artigo4.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa**. São Paulo, Hacker, 2001.

SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. O desenvolvimento do Sistema Nacional de Telecomunicações (1961-1967): a produção das condições técnicas necessárias à expansão do mercado publicitário no Brasil **Acervo On-line de Mídia Regional**, ano 14, v. 9, n. 10, p. 64-77,

set./dez., 2014 Disponível em:  
<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/midiaregional/articloe/viewArticle/8896>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, J. **A Radiografia Do Golpe: Entenda Como E Por Que Você Foi Enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

WOLF, M. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.